



Desigualdades sociais e política monetária no Brasil: a SELIC como instrumento de gestão em cenários de crise e recuperação econômica

Social inequalities and monetary policy in Brazil: the SELIC rate as a management instrument in crisis and economic recovery scenarios

Desigualdades sociales y política monetaria en Brasil: la tasa SELIC como instrumento de gestión en escenarios de crisis y recuperación económica

DOI: 10.55905/oelv23n7-180

Receipt of originals: 6/27/2025

Acceptance for publication: 7/22/2025

Bonifácio Benicio de Souza

Bacharel em Administração pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Endereço: Patos, Paraíba, Brasil

E-mail: bonifacio.ufcg@gmail.com

Maylle Alves Benício

Doutora em Sociologia

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Endereço: Cidade Universitaria, Paraíba, Brasil

E-mail: maylle.benicio@gmail.com

Antônio Wlisses Alves Benício

Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - campus de Patos

Endereço: Patos, Paraíba, Brasil

E-mail: wlissesbenicio@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da taxa básica de juros (Selic) no Brasil entre 2020 e 2025, com ênfase em seu papel como ferramenta estratégica da política monetária em contextos de crise e recuperação econômica. A partir da pandemia de Covid-19, o país enfrentou um cenário de intensa instabilidade econômica e social, que exigiu a adoção de medidas extraordinárias por parte do Banco Central. A Selic, enquanto principal instrumento de política monetária, foi utilizada tanto para mitigar os efeitos da recessão quanto para conter pressões inflacionárias nos anos subsequentes. A pesquisa fundamenta-se em dados do Banco Central e revisão bibliográfica, com destaque para as decisões do Copom e seus impactos sobre indicadores como inflação, consumo, crédito e emprego. Além dos efeitos macroeconômicos, o artigo discute as implicações sociais da política de juros,



especialmente sobre as camadas mais vulneráveis da população. Conclui-se que a política monetária, para ser eficaz e justa, deve ser coordenada com políticas fiscais e sociais que considerem as desigualdades estruturais do país.

Palavras-chave: Política Monetária, Taxa Selic, Crises Econômicas, Recuperação, Desigualdade Social.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of Brazil's basic interest rate (Selic) from 2020 to 2025, emphasizing its strategic role in monetary policy during periods of crisis and economic recovery. Following the Covid-19 pandemic, the country faced a scenario of profound economic and social instability, requiring the Central Bank to adopt extraordinary measures. The Selic rate was used as the main monetary tool to mitigate the effects of the recession and to curb inflationary pressures in the following years. The research is based on data from the Central Bank and a literature review, focusing on Copom's decisions and their effects on indicators such as inflation, credit, consumption, and employment. In addition to macroeconomic outcomes, the article explores the social implications of interest rate policy, especially for the most vulnerable populations. The conclusion emphasizes that monetary policy must be integrated with fiscal and social strategies in order to ensure both efficiency and equity in a structurally unequal country.

Keywords: Monetary Policy, Selic Rate, Economic Crises, Recovery, Social Inequality.

RESUMEN

Este artículo examina la trayectoria de la tasa básica de interés (Selic) en Brasil entre 2020 y 2025, destacando su papel estratégico en la política monetaria durante períodos de crisis y recuperación económica. Tras la pandemia de Covid-19, el país enfrentó un escenario de inestabilidad económica y social, lo que llevó al Banco Central a implementar medidas excepcionales. La tasa Selic se utilizó como principal instrumento monetario para mitigar los efectos de la recesión y controlar las presiones inflacionarias en los años posteriores. El estudio se basa en datos del Banco Central y en una revisión bibliográfica, centrándose en las decisiones del Copom y sus efectos sobre la inflación, el crédito, el consumo y el empleo. Además de los resultados macroeconómicos, el artículo aborda las implicaciones sociales de la política de tasas de interés, especialmente para los sectores más vulnerables de la sociedad. Se concluye que la política monetaria debe coordinarse con estrategias fiscales y sociales que consideren las desigualdades estructurales del país, a fin de lograr mayor eficacia y justicia económica.

Palabras clave: Política Monetaria, Tasa Selic, Crisis Económicas, Recuperación, Desigualdad Social.



1 INTRODUÇÃO

A política monetária brasileira tem desempenhado um papel crucial na condução da economia em momentos de instabilidade e reconstrução. Durante a pandemia de Covid-19 (2020–2022), o país enfrentou não apenas uma crise sanitária sem precedentes, mas também uma severa contração econômica que exigiu respostas rápidas e eficazes por parte das autoridades monetárias. No período subsequente (2023–2025), ainda marcado por incertezas e desafios estruturais, a necessidade de ajustar o curso da economia manteve a política de juros no centro do debate econômico.

Nesse cenário, a Taxa Selic consolidou-se como principal ferramenta de gestão adotada pelo Banco Central do Brasil para enfrentar os impactos imediatos da crise e, posteriormente, para orientar a trajetória da recuperação econômica. Mais do que um simples indicador de referência, a Selic revelou-se um instrumento estratégico para o equilíbrio entre controle inflacionário, estímulo ao crescimento e estabilidade financeira em um ambiente de transformações rápidas e contínuas.

Este estudo propõe analisar a evolução da Taxa Selic entre os anos de 2020 e 2025, com base em dados do Banco Central do Brasil, considerando as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) frente aos choques provocados pela pandemia e às novas dinâmicas econômicas do período pós-crise. A pesquisa utiliza metodologia fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, com destaque para as atas do Copom e os relatórios de inflação, buscando compreender como a política de juros contribuiu para mitigar os efeitos da recessão e fomentar uma recuperação mais resiliente.

A relevância da presente análise estende-se a diferentes esferas: para a sociedade, ao elucidar os impactos da Selic sobre o consumo, a inflação e o poder de compra; para o governo, ao oferecer subsídios para aprimoramentos nas políticas econômicas; e para o setor privado, ao fornecer elementos que apoiam decisões estratégicas em ambientes marcados por volatilidade. Assim, este capítulo contribui para uma reflexão aprofundada sobre a eficácia da política monetária brasileira em contextos de crise e transição econômica.



2 A TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A taxa de juros pode ser definida como a remuneração pelo uso do capital ao longo de um determinado período. Para o tomador, ela representa um custo; para o credor, um retorno pelo empréstimo concedido. Existem dois modelos principais de capitalização: os juros simples, em que os rendimentos incidem apenas sobre o valor principal, e os juros compostos, nos quais os rendimentos acumulam progressivamente sobre o capital acrescido dos juros previamente gerados.

Na dinâmica econômica, os juros desempenham função essencial, influenciando decisões de consumo, poupança e investimento, e, consequentemente, afetando a estrutura produtiva e o crescimento econômico (Omar, 2008). As variações nas taxas de juros impactam diretamente os custos e preços em diversos setores, dada sua estreita correlação com indicadores macroeconômicos como inflação, câmbio, desemprego, saldo da balança de pagamentos e o endividamento interno e externo. Em razão disso, taxas elevadas tendem a inibir o consumo e a formação de capital, configurando-se como um fator limitante ao desenvolvimento (Omar, 2008).

Segundo Carnaúba (2019), as elevadas taxas de juros historicamente praticadas no Brasil resultam de múltiplos fatores estruturais, como o alto nível da dívida pública, fragilidades institucionais que comprometem a segurança jurídica dos contratos financeiros, escassez de poupança doméstica, histórico de inflação volátil e entraves à efetividade dos canais de transmissão da política monetária.

Nesse sentido, Modenesi e Modenesi (2012) observam que a composição do IPCA, com forte presença de preços administrados, contribui para a ineficácia desses canais no contexto brasileiro. Os autores defendem a necessidade de aprimorar a avaliação da política monetária, sugerindo uma análise individualizada e técnica dos diversos mecanismos de transmissão.

Dentro desse arranjo, destaca-se a Taxa Selic como instrumento central da política monetária nacional. Definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, a Selic serve como taxa de referência para o sistema financeiro, afetando as demais taxas praticadas no mercado. Seu aumento visa conter pressões



inflacionárias ao restringir o crédito e o consumo, enquanto sua redução objetiva estimular a atividade econômica por meio da facilitação do acesso ao crédito (BACEN, 2023).

Entretanto, estudos recentes apontam limitações importantes na sensibilidade da economia brasileira frente às variações da Selic. Oreiro e Paula (2021) argumentam que a baixa capilaridade do crédito e a elevada concentração bancária reduzem a eficácia da política monetária, dificultando a transmissão das decisões do Copom ao nível da atividade econômica.

Adicionalmente, o Brasil parece enfrentar uma situação de “armadilha dos juros altos”, caracterizada por taxas reais persistentemente elevadas que desestimulam investimentos produtivos e favorecem aplicações financeiras de curto prazo. Segundo Bresser-Pereira (2019), esse cenário compromete a capacidade de geração de emprego e crescimento sustentável, sendo agravado por uma política econômica excessivamente voltada ao combate da inflação, sem a devida consideração aos impactos sociais e sobre o produto potencial.

Outro aspecto crítico diz respeito ao efeito regressivo das taxas de juros elevadas sobre a distribuição de renda. A literatura evidencia que políticas monetárias contracionistas tendem a penalizar as camadas mais vulneráveis da população, que possuem menor acesso ao crédito formal e são mais suscetíveis aos efeitos da desaceleração econômica. De acordo com Dweck e Rossi (2018), a elevação dos juros pode agravar o desemprego e reduzir os salários reais, acentuando desigualdades e beneficiando predominantemente os detentores de ativos financeiros.

Diante desses desafios, torna-se imperativo reavaliar o modelo de política monetária vigente no Brasil. É necessário buscar um equilíbrio entre estabilidade de preços e desenvolvimento econômico com inclusão social, por meio do fortalecimento dos canais de crédito, ampliação da concorrência no setor bancário, melhorias institucionais e maior integração entre as políticas fiscal, monetária e de desenvolvimento (Oreiro; Paula, 2021).



3 INFLAÇÃO E OS DESAFIOS MACROECONÔMICOS NO BRASIL: CONCEITOS, INDICADORES E IMPACTOS RECENTES

3.1 INFLAÇÃO

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), a inflação é caracterizada como o aumento contínuo e disseminado dos preços de bens e serviços ao longo do tempo, implicando uma redução do poder de compra da moeda. No contexto brasileiro, esse fenômeno é monitorado por diferentes índices de preços, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) o principal indicador utilizado no sistema de metas de inflação (BCB, 2023).

As causas da inflação são diversas, podendo incluir o excesso de demanda, o aumento dos custos de produção, os mecanismos de indexação — também conhecidos como inércia inflacionária — e as expectativas dos agentes econômicos em relação à inflação futura (BCB, 2023). Conforme argumenta Giovannetti (2013), a inflação de demanda ocorre quando a economia se aproxima do pleno emprego, elevando o nível de renda e consumo, o que, diante da rigidez da oferta no curto prazo, gera pressões sobre os preços.

Nesse mesmo sentido, Pinho (2004), citado por Jaskulski (2010), considera que a inflação de demanda resulta de um descompasso entre a demanda agregada e a capacidade produtiva da economia, frequentemente provocado pela expansão dos meios de pagamento sem o correspondente aumento da produção. Por outro lado, a inflação de custos tem origem na elevação dos preços dos insumos produtivos, como energia, matérias-primas e salários, afetando diretamente o custo de produção e, por consequência, os preços ao consumidor.

Outro componente importante é a inflação inercial, que decorre da persistência dos reajustes de preços com base em índices passados, característica observada em economias com histórico de inflação elevada. De acordo com Faião et al. (2017), essa forma de inflação está associada aos mecanismos de indexação frequentemente utilizados em contratos, os quais ajustam salários e preços conforme a inflação anterior. Esse



mecanismo retroalimenta o processo inflacionário, mesmo na ausência de novos choques econômicos.

O Brasil enfrentou fortemente a inflação inercial durante as décadas de 1980 e início dos anos 1990, período em que diversas tentativas de estabilização fracassaram. Foi apenas com a implementação do Plano Real, em 1994, que o país conseguiu controlar esse tipo de inflação e promover maior estabilidade macroeconômica (Faião et al., 2017).

Adicionalmente, Jaskulski (2010) discute a inflação estrutural, atribuída a entraves de natureza estrutural, como deficiências na infraestrutura agrícola e dificuldades nas relações comerciais com o exterior. Tais limitações criam gargalos produtivos que exercem pressão contínua sobre os preços.

As consequências da inflação elevada são amplas e prejudiciais, gerando incertezas que desestimulam o investimento produtivo e comprometem o crescimento econômico sustentável. Segundo o BCB (2023), os efeitos adversos são particularmente severos para as populações de menor renda, que possuem menos acesso a instrumentos de proteção financeira. Além disso, a inflação alta eleva os custos da dívida pública, ampliando os encargos do Estado e reduzindo sua capacidade de investimento em áreas essenciais.

3.2 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

Dentre os diversos indicadores de inflação utilizados no Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é reconhecido como o principal e oficial, sendo calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse índice reflete as variações de preços de uma cesta de bens e serviços representativa do consumo de famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos. A coleta de dados ocorre entre os dias 1º e 30 de cada mês de referência e abrange 13 regiões: as áreas metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande (Banco Central do Brasil, 2023).



O IPCA foi instituído como o índice de referência do regime de metas de inflação por meio da Resolução nº 2.615, de 30 de junho de 1999, do Conselho Monetário Nacional (CMN). A partir disso, o Banco Central passou a atuar de forma a manter a inflação anual próxima ao centro da meta estabelecida, utilizando instrumentos de política monetária para garantir a estabilidade dos preços e ancorar as expectativas do mercado (Carrara & Corrêa, 2012).

3.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ECONOMIA BRASILEIRA

A pandemia de COVID-19, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, surgiu em 2019 na China e rapidamente se disseminou globalmente, sendo classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As medidas de contenção, como o isolamento social e a intensificação da higiene, foram amplamente recomendadas, afetando significativamente tanto a oferta quanto a demanda agregada nas economias ao redor do mundo. O resultado foi uma desaceleração acentuada da atividade econômica global, com recessões profundas em diversas regiões (Dweck, 2020).

No Brasil, os impactos econômicos foram múltiplos e afetaram diversas variáveis macroeconômicas, como o valor bruto da produção (VBP), importações, emprego, massa salarial, valor adicionado (VA), arrecadação de tributos como o ICMS e o Produto Interno Bruto (PIB) (Dweck, 2020; Maestri, 2021). A crise sanitária agravou os desafios estruturais da economia brasileira, culminando em uma das maiores crises socioeconômicas da história recente, com 83,5% da força de trabalho em situação de vulnerabilidade (Barbosa & Prates, 2020; Garbe, 2022). Até fevereiro de 2023, o país havia contabilizado mais de 37 milhões de casos confirmados de COVID-19 e aproximadamente 699 mil mortes decorrentes da doença (Brasil, 2023).

Segundo Garbe (2022), o mercado de trabalho brasileiro, que ainda se recuperava da recessão de 2015-2016, apresentava uma redução gradual na taxa de desemprego – de 13,7% para cerca de 11% ao final de 2019. No entanto, com o avanço da pandemia, essa tendência foi revertida. Em agosto de 2020, o Brasil registrou a perda de cerca de 12 milhões de postos de trabalho em comparação com o mesmo período do ano anterior,



com maior concentração entre os meses de março e maio (Garbe, 2022). A taxa de desemprego atingiu seu pico entre maio de 2020 e junho de 2021, ultrapassando 14%, com mais de 14 milhões de pessoas desempregadas. A partir do segundo semestre de 2021, iniciou-se uma trajetória de recuperação, com a taxa caindo para 8,1% em setembro de 2022 (IBGE, 2023). Ainda assim, esse patamar permanecia superior ao registrado em outubro de 2014 (6,6%), embora inferior ao verificado em outubro de 2019, antes da pandemia (11,1%) (IBGE, 2023).

A intensificação do desemprego, associada a desequilíbrios estruturais pré-existentes, contribuiu para o aumento da insegurança alimentar e para a ampliação do número de famílias em situação de extrema pobreza. Tal conjuntura reforça a necessidade de atuação articulada do Estado e da sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, melhoria dos serviços de saúde, educação e habitação, e estímulo à geração de empregos dignos e sustentáveis.

3.4 ATUALIZAÇÕES ECONÔMICAS RECENTES E DECISÕES DO COPOM

Em janeiro de 2025, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu elevar a taxa básica de juros (Selic) para 13,25% ao ano, marcando a quarta alta consecutiva e a primeira sob a presidência de Gabriel Galípolo. A decisão foi motivada pela persistência inflacionária, uma vez que a variação acumulada dos preços ao consumidor atingia 4,5% até meados daquele mês, superando a meta estipulada. Entre os fatores que contribuíram para a manutenção da inflação em patamares elevados destacam-se a desvalorização da moeda nacional e as incertezas relacionadas à situação fiscal do país (The Wall Street Journal, 2025).

Na reunião seguinte, realizada em março de 2025, o Copom optou por um novo aumento da Selic, desta vez em 100 pontos-base, elevando-a para 14,25% ao ano. Embora tenha sinalizado a possibilidade de novas altas, o Comitê indicou que os próximos ajustes devem ocorrer com menor intensidade, em função dos primeiros indícios de desaceleração da atividade econômica. Essa postura evidencia o compromisso da autoridade monetária com o controle da inflação, ao mesmo tempo em que busca mitigar



os efeitos colaterais adversos de uma política monetária mais restritiva sobre o crescimento econômico (Reuters, 2025).

As projeções para a inflação de 2025 foram revisadas para 5,7%, acima da meta oficial de 3% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Diante desse cenário, o Banco Central reforçou a importância de uma postura vigilante na condução da política monetária, a fim de assegurar a convergência da inflação para o centro da meta no médio prazo. Entre os desafios enfrentados destacam-se o ambiente internacional ainda instável e as pressões inflacionárias internas persistentes, que exigem cautela na formulação das decisões econômicas e na comunicação das expectativas aos agentes de mercado (Banco Central do Brasil, 2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As média da Taxa Selic ao ano, das reuniões do Copom, no período de fevereiro de 2020 a março de 2025, encontram-se na tabela 1.

A trajetória da Taxa Selic entre 2020 e 2025 reflete os desafios econômicos enfrentados pelo Brasil durante e após a pandemia de Covid-19, oscilando entre estímulo à recuperação e contenção da inflação. A análise dos dados permite identificar quatro fases distintas: reação à crise (2020), aceleração inflacionária (2021-2022), manutenção de juros elevados (2023) e nova alta cíclica (2024-2025).

Tabela 1 - Comportamento da taxa Selic no período da pandemia e pós-pandemia, 2020 a 2025.

Reunião	Data	Meta Selic (% a.a)
270 ^a	18/06/2025	15.00
269 ^a	19/03/2025	14.25
265 ^a	18/09/2024	10.75
260 ^a	31/01/2024	11.25
255 ^a	21/06/2023	13.75
248 ^a	03/08/2022	13.75
232 ^a	05/08/2020	2.00
231 ^a	17/06/2020	2.25
230 ^a	06/05/2020	3.00
229 ^a	18/03/2020	3.75
228 ^a	05/02/2020	4.25

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), Tabela elaborada pelo autor.



Na fase de estímulo emergencial (2020 – início de 2021), no início da pandemia, o Copom adotou uma política monetária expansionista para mitigar os efeitos recessivos do lockdown. A Selic, que estava em 4,25% a.a. em fevereiro de 2020, foi reduzida drasticamente, chegando a 2% em agosto do mesmo ano – o menor patamar da série histórica. Essa medida visava: facilitar o crédito para empresas e famílias, sustentar a atividade econômica em um cenário de queda do PIB (-3,9% em 2020, segundo o IBGE) e alinhar-se às políticas fiscais emergenciais, como o auxílio emergencial.

No segundo momento houve uma fase de ajuste e combate à inflação (2021 – 2022), assim, a partir de março de 2021, o Copom iniciou um ciclo de alta contínua, elevando a Selic de 2,75% para 13,75% em dezembro de 2022. Esse movimento foi impulsionado por pressões inflacionárias globais, como a disparada de commodities, gargalos na cadeia de suprimentos, inflação doméstica acima do teto da meta, com o IPCA fechando em 10,06% em 2021 e em 5,79% em 2022, pressionado por alimentos, energia e combustíveis.

Em uma terceira fase (2022 a 2023) a Selic manteve-se em 13,75% de agosto de 2022 a até agosto de 2023, refletindo uma postura conservadora do BC, mesmo com a inflação em desaceleração (IPCA de 4,62% no ano). Essa persistência se deveu aos riscos fiscais como incertezas sobre o teto de gastos e a política fiscal expansionista e a cautela com o núcleo da inflação, que ainda mostrava resistência bem como o alinhamento com o ciclo global de juros altos (EUA e Europa). Apenas no 2º semestre de 2023 iniciou-se um ciclo de cortes, com a Selic caindo para 11,75% em dezembro, sinalizando confiança no controle inflacionário.

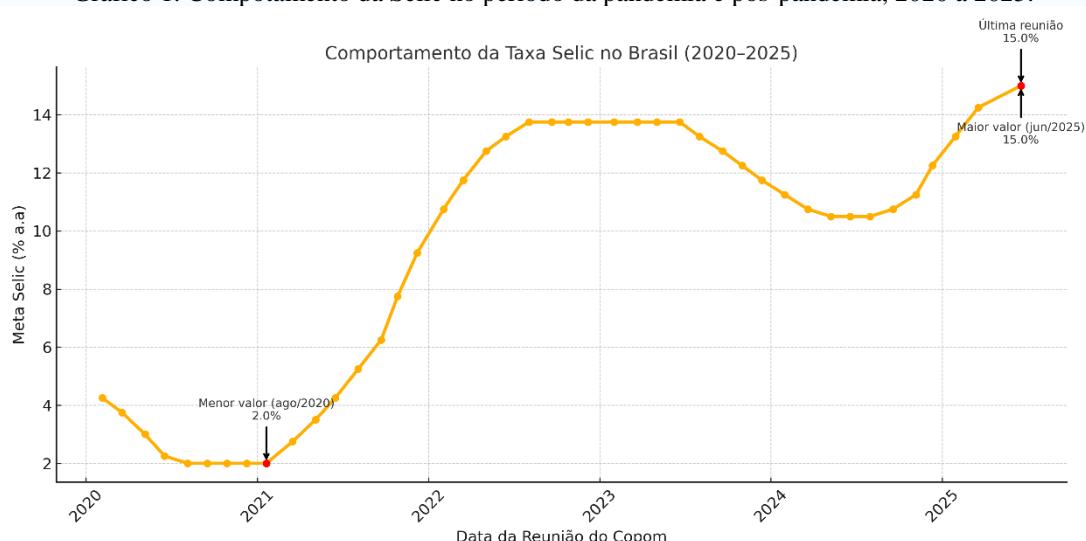
Um nova alta cíclica ocorre no período (2024-2025), em 2024, após breves reduções chegando a 10,5% em meados do ano, a Selic voltou a subir, atingindo 14,25% em março e 15% em junho de 2025. Essa reversão pode ser atribuída a diversos fatores tais como a renovação de pressões inflacionárias, alta do petróleo, crise climática afetando alimentos e demanda interna reaquecida.

A análise demonstra que a Selic foi um instrumento-chave para estabilizar a economia em choque (2020) e, posteriormente, conter a inflação (2021-2025), mas com

trade-offs. Os feitos colaterais com juros altos (2022-2025) frearam o crédito e o crescimento, com PIB abaixo de 2% ao ano em 2023-2024.

No gráfico 1, verifica-se o comportamento da Selic no período de 2020 a 2025, em que apresentam-se os momentos de redução, elevação, estabilização da mesma conforme os momentos de depressão ou elevação da inflação provocada por diversos fatores.

Gráfico 1. Comportamento da Selic no período da pandemia e pós-pandemia, 2020 a 2025.



Fonte: Dados do BCB.
Gráfico elaborado pelo autor.

4.1 PERSPECTIVAS PARA A TRAJETÓRIA DA TAXA SELIC NO BRASIL: 2025–2027

A dinâmica esperada da taxa básica de juros (Selic) entre os anos de 2025 e 2027 estará intrinsecamente ligada a um conjunto de variáveis macroeconômicas, incluindo a evolução da inflação, os rumos da política fiscal, o desempenho da atividade econômica doméstica e as condições do cenário internacional. Com base em estimativas divulgadas por instituições financeiras, projeções contidas nos relatórios do Banco Central do Brasil e análises oriundas do mercado, é possível delinejar um cenário base que reflete a expectativa mais plausível para o período em questão.



Para o ano de 2025, projeta-se que a Selic permanecerá em patamares elevados, situando-se entre 13,5% e 14,5% ao ano. Esse comportamento reflete a continuidade de pressões inflacionárias, impulsionadas por choques de oferta — como elevações nos preços internacionais das commodities — e por uma demanda doméstica ainda robusta. Adicionalmente, a persistência de incertezas no campo fiscal tende a comprometer a confiança dos agentes econômicos, limitando a margem de atuação da política monetária no sentido da flexibilização no curto prazo.

Em 2026, caso a inflação apresente sinais mais consistentes de convergência à meta oficial de 3%, dentro da faixa de tolerância definida pelo regime de metas de inflação, espera-se que o Comitê de Política Monetária (Copom) inicie um ciclo gradual de afrouxamento monetário. Nesse contexto, a taxa Selic poderá ser reduzida para um intervalo entre 10% e 12%, em linha com um ambiente de maior estabilidade de preços e com riscos fiscais menos pronunciados.

No cenário projetado para 2027, havendo consolidação do processo de desinflação e percepção de avanço efetivo na consolidação fiscal, é plausível que a taxa Selic atinja níveis entre 8% e 9% ao ano. Essa faixa é comumente interpretada como próxima ao juro neutro, ou seja, uma taxa que não exerce estímulo nem contenção significativa sobre a atividade econômica, contribuindo para sustentar um crescimento econômico equilibrado e sem gerar novas pressões inflacionárias.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise das evidências empíricas e das publicações disponíveis, constata-se que a política monetária, com ênfase na utilização da taxa Selic como instrumento de controle da inflação, permanece como um dos pilares da estratégia macroeconômica no Brasil. No entanto, sua eficácia está condicionada à natureza dos choques que afetam a economia. A experiência recente durante a pandemia da COVID-19 demonstrou que choques de oferta e fatores exógenos requerem respostas articuladas entre as esferas fiscal e monetária, evidenciando os limites da ação isolada do Banco Central.



Embora o aumento da Selic desempenhe um papel relevante na ancoragem das expectativas inflacionárias, seus efeitos colaterais sobre o nível de atividade, o mercado de trabalho e a distribuição de renda não podem ser negligenciados. Diante disso, torna-se fundamental adotar uma abordagem integrada de política econômica, capaz de equilibrar os objetivos de estabilidade de preços com a promoção do crescimento sustentável e da inclusão social. A coordenação entre política monetária e fiscal, aliada a uma avaliação cuidadosa dos impactos sociais das decisões econômicas, é essencial para a construção de um ambiente macroeconômico mais equilibrado e resiliente.



REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 10/10/2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 10/10/2023.
- BARBOSA, R.J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **Mercado de Trabalho**, v. 69, p. 65-79, 2020.
- BRASIL. 2023. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 26/09/2023.
- CARNAÚBA, N.D. Análise dos motivos das altas taxas de juros do Brasil. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - UNB, 2019.
- CARRARA, A. F.; CORREA, A. L. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. **Rev. Econ. Contemp.**, v.16, n.3, p.441-462, 2012.
- CAETANO, S. M.; SILVA J. R. G. E.; CORRÊA, W. L. R. Abordagem discreta para a dinâmica da taxa Selic-meta. **Economia Aplicada**, v.15, n.2, p.199-221, 2011.
- CONTE, B. Z., et al. Taxa Selic e seus impactos no mercado financeiro brasileiro. **Revista de Economia Aplicada**, v. 24, n. 2, p. 189–206, 2020.
- DWECK, E. Impactos Macroeconômicos E Setoriais Da Covid-19 No Brasil. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC_IE_NT_ImpactosMacroSetoriaisdaC19noBrasilvfinal22-05-2020.pdf
- FAIÃO, D. G.; MOURA, L. A. de; LIMA, G. T. de. Inércia inflacionária: fundamentos, evidências e implicações de política. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 4, p. 794-812, 2017.
- GARBE, H. S. A crise econômica do COVID-19: uma análise dos efeitos na economia brasileira. 2022. 52 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getulio Vargas, 2022.
- GIOVANNETTI, B. Macroeconomia: teoria e política econômica. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Séries históricas: Taxa de desocupação, 2023.
- IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). IPEADATA, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2023.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Carta de Conjuntura – Nº 54. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: abr. 2025.

JASKULSKI, M. Inflação e políticas de estabilização no Brasil. Curitiba: Juruá, 2010.

MODENESI, A.; MODENESI, R. Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. **Revista de Economia Política**, v.32, n.3, p.389-411, 2012.

OMAR, J.H.D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Rev. Econ. Contemp.**, v.12, n.3, p.463-490, 2008.

PONTEL, J.; TRISTÃO, P.A.; BOLIGON, J.A.R. O comportamento da taxa Selic e as operações de investimento e financiamento de pessoa física no período pós-crise econômica. **Revista Gestão Organizacional**, v.13, n.2, p.123-141, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação – Março de 2025. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

REUTERS. Banco Central do Brasil Eleva a Taxa de Juros em Março de 2025. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

THE WALL STREET JOURNAL. Brasil Aumenta a Selic para 13,25% em Janeiro de 2025. 2025. Disponível em: <https://www.wsj.com/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. São Paulo: Editora FGV, 2019.

DWECK, E.; ROSSI, P. Efeitos distributivos da política monetária e fiscal no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, 2018.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de. Os canais de transmissão da política monetária e a dominância financeira no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 193-217, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Série de Publicações Institucionais: Política Monetária e Taxa Selic. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). O que é inflação?. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: abr. 2025.

CARNEIRO, R. O desafio da política monetária no Brasil pós-pandemia. **Revista de Economia Política**, v. 43, n. 1, p. 5-25, 2023.